

**CLIPPING IMPRESSO**

**17/12/2019**



# INDICE

---

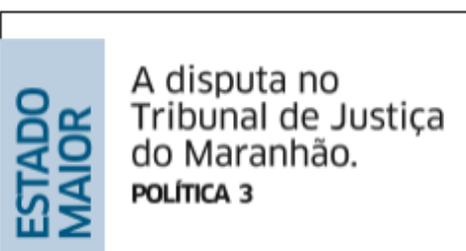
1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. AÇÕES TJMA.....	1
1.2. PRESIDÊNCIA.....	2 - 3
2. JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO	
2.1. INSTITUCIONAL.....	4 - 5
3. JORNAL O PROGRESSO	
3.1. DECISÕES.....	6
3.2. PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO (PJE).....	7 - 8
4. JORNAL PEQUENO	
4.1. DESEMBARGADOR.....	9 - 10



## **Confraternização**

Na última sexta-feira, os desembargadores Joaquim Figueiredo (presidente do TJMA), Lourival Serejo (vice-presidente), José Jorge Figueiredo dos Anjos (vice-diretor da ESMAM) e Marcelino Everton participaram da confraternização natalina da família judiciária maranhense, no auditório do Centro Administrativo do Poder Judiciário do Maranhão.

As festividades tiveram início com a premiação dos 49 servidores contemplados na 2ª edição do Programa Meritus: sistema de incentivos e de recompensas que estimula o servidor público a ser reconhecido pelo mérito de suas ações no ambiente de trabalho.



# ESTADO MAIOR

## Disputa no TJ

Acontece amanhã a eleição para a presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). Devem se enfrentar na disputa os desembargadores Lourival Serejo e Nelma Sarney.

Nelma vem de derrota na eleição de dois anos atrás, quando foi eleito o desembargador José Joaquim Figueiredo do Anjos, atual presidente e que fica no cargo até abril do ano que vem, já que foi também escolhido entre seus pares para um mandato tampão.

O atual presidente apoia o seu vice, Lourival Serejo, que é, para muitos, o favorito, já que José Joaquim deu recente demonstração de força ao se eleger com tranquilidade para o Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA).

Naquela disputa, JJ bateu a desembargadora Ângela Salazar por 17 votos a 11 - num resultado tido como surpreendente, já que se esperava uma disputa mais acirrada.

Essa vitória específica acabou ligando o sinal de alerta para a desembargadora Nelma Sarney: a larga vantagem de José Joaquim naquela ocasião mostrou que ele ainda tem boa aceitação entre seus pares no Tribunal, o que lhe garante, pelo menos em tese, poder de decisão nos rumos do pleito para o comando da Corte maranhense.

**Recente vitória  
de José Joaquim  
ligou sinal de  
alerta para a  
desembargadora  
Nelma Sarney**

**Municípios.** Levantamento feito pelo 'Estado' mostra que faltam corregedorias, unidades que investigam desvios de dinheiro público, em algumas das principais cidades do País

# Sete capitais não têm estrutura anticorrupção

Adriana Ferraz  
Fernanda Boldrin

A menos de um ano para as eleições municipais, um quarto das capitais brasileiras ainda não dispõe de estruturas completas de combate à corrupção. Sete dessas cidades não têm corregedorias para apurar eventuais desvios na administração pública. Além de prevenir irregularidades, a adoção de um sistema de controle interno é considerada medida imprescindível para evitar desperdício de recursos públicos e desvio de conduta dos servidores.

A estrutura completa de controle interno prevê quatro unidades: ouvidoria, auditoria governamental, corregedoria e controladoria. Além da falta de corregedorias no País, levantamento feito pelo Estado, com base em estudo do Instituto Não Aceito Corrupção, mostra que as únicas ferramentas comuns a quase todas as capitais são auditoria e ouvidoria – a exceção é São Luís, no Maranhão, que ainda não tem ouvidoria.

Para o procurador de Justiça de São Paulo Roberto Livianu, presidente do Instituto Não Aceito Corrupção, ouvidoria é apenas a porta de entrada do controle interno e é importante que as quatro funções estejam funcionando. “Depois de cinco anos da vigência da Lei de Acesso à Informação, apenas 24% dos municípios com mais de 20

mil habitantes dispõem da estrutura completa. É um dado a se lamentar”, diz Livianu.

Das quatro funções, a corregedoria é aquela encarregada de apurar desvios de servidores e de recursos públicos. Segundo o controlador-geral de São Paulo, Gustavo Ungaro, investir em órgãos de controle é uma forma de recuperar recursos e deixar de gastar indevidamente. A Controladoria-Geral do Município acumula uma economia de R\$ 274,9 milhões desde 2013 com a revisão de contratos e recuperação de desvios após apurações internas (*mais informações nesta página*).

Para a auditora-chefe da Controladoria-Geral do Município de Rio Branco, Ada Barbosa Derze, o controle interno contribui para o desenvolvimento institucional e fortalecimento da governança dos entes, por meio de ações preventivas e corretivas voltadas para a mitigação de riscos e correção de desvios que possam causar impactos negativos na gestão. “A consolidação do acesso do usuário dos serviços públicos à gestão, por meio do recebimento e tratamento oportuno de manifestações, bem como de pedidos de acesso à informação, favorece o controle social”, afirma Ada.

**Descentralização.** O fato de sete capitais declararem não

possuir corregedorias organizadas não quer dizer, segundo o professor de direito Carlos Ari Sunfeld, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), que a função não exista no município, mas, sim, que ela pode estar descentralizada. Esse modelo, além de não ser o ideal, não preza pela capacitação dos funcionários, segundo o professor. “Temos municípios precários, com um quadro de pessoal ruim, não profissional, e não formado por pessoas admitidas por concurso”, diz.

Sunfeld cita a dificuldade em se dar continuidade ao trabalho quando há troca de comando no Executivo. “Nos municípios, sobretudo nos menos organizados, o sujeito que cuida dos contratos em geral entrou lá com o prefeito e assumiu um cargo genérico. Quando o prefeito sai, o funcionário vai embora.” A solução, de acordo com ele, passa pela criação de carreiras públicas sob medida e poucos cargos em comissão.

Capitais que não têm corregedoria afirmam realizar a função de maneira descentralizada. Boa Vista, por exemplo, tem uma corregedoria para algumas carreiras, como os guardas municipais e agentes de trânsito. O mesmo ocorre em Teresina, que informou criar comissões

em órgãos municipais quando tem que apurar denúncias.

**Lei.** Prevista por lei federal desde junho, a ouvidoria é responsável por receber reclamações, denúncias e sugestões, que, em seguida, devem ser encaminhadas internamente e respondidas em um prazo estabelecido. Na capital paulista, o cidadão acessa a Ouvidoria-Geral pela internet, telefone ou mesmo presencialmente. De janeiro a novembro o canal atendeu 27.485 pessoas. A Secretaria de Comunicação de São Luís informou que a criação de uma ouvidoria oficial está prevista em projeto de lei que será enviado à Câmara, assim como a implementação de uma corregedoria. Enquanto isso, a pasta afirma que a Controladoria-Geral do Município responde como unidade central de ouvidoria.

## SOB CONTROLE

### ● Entenda as 4 macrofunções do controle interno



#### Ouvidoria

Considerada a porta de entrada do sistema, funciona como um canal de interlocução entre o cidadão e a administração pública. Por meio da ouvidoria, é possível fazer sugestões, reclamações e denúncias sobre serviços e funcionários públicos



#### Corregedoria

Órgão de controle interno que apura atos praticados por servidores, supervisiona e executa as atividades de correção e disciplinares. Pode ser acionado por meio de denúncias encaminhadas pela ouvidoria



#### Auditoria

Instância responsável por avaliar a legalidade e a legitimidade da administração, verificando aspectos como eficiência e economicidade na utilização dos recursos públicos por meio de contratos com terceiros



#### Controladoria

Atua na prevenção e no combate à corrupção na gestão municipal, na defesa do patrimônio público, na promoção de transparência e participação social. Pode ter status de secretaria, abarcando a ouvidoria, auditoria e corregedoria municipais

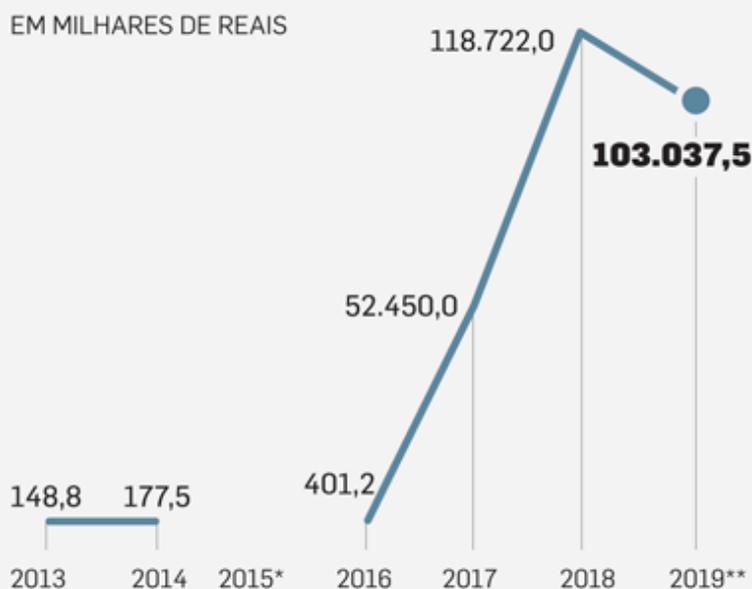
### Incompletas

7 capitais do Norte e Nordeste ainda não dispõem de órgãos de corregedoria oficiais



### De volta

Em São Paulo, a implementação da Controladoria-Geral do Município possibilitou a 'economia' de **R\$ 274,9 milhões** aos cofres públicos desde 2013



\*NÃO HÁ DADOS DISPONÍVEIS; \*\*ATÉ NOVEMBRO

FONTES: INSTITUTO NÃO ACEITO CORRUPÇÃO, CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO E REPORTAGEM

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

# Fora da Pauta

Willian Marinho

[williamarinho@hotmail.com](mailto:williamarinho@hotmail.com)

## **Cobrança**

Há uma forma de se cobrar dívidas. Sejam públicas ou privadas. O melhor caminho é a Justiça, seja através dos juizados de pequenas causas, quando os valores são abaixo de 60 mil, ou na Comum, quando os valores são acima. O que não pode é constranger o devedor, como se fazia antigamente em que as lojas vendiam e quando havia atrasos invadia a casa do comprador e tomavam o objeto. Hoje dá ação por danos morais. Tem que recorrer aos órgãos de controle de pagamento, como SPC, Serasa, Cartórios de Protestos e na Justiça. Quem usa do expediente de achincalhar ou provocar constrangimento a quem está lhe devendo, pode ser acionado judicialmente e acaba perdendo a razão em receber o que lhe é devido.

## **DIGITALIZAR JÁ: Mais de 100 unidades judiciais já iniciaram a virtualização de processos físicos no Estado**

Em todo o Poder Judiciário do Maranhão, o total de 131 unidades judiciais de 1º Grau, pertencentes a 77 comarcas já iniciaram a digitalização de processos físicos, para migração ao sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe), onde passam a tramitar eletronicamente. Desde o início do projeto Digitalizar Já, mais de 24 mil processos em papel passaram a tramitar por meio do PJe, aumentando a eficiência e celeridade processual. Os dados são da Diretoria de Informática do TJMA, em relatório atualizado até 9 de dezembro.

Desde o início do projeto - no final do mês de julho deste ano -, servidores de 10 polos judiciais e 92 comarcas receberam o treinamento e a apresentação da Campanha Sou Amigo do Judiciário, sendo treinados 146 secretário(a)s

judiciais e substitutos. Além disso, foram instaladas cinco Centrais de Digitalização, nas comarcas de Timon, São Luís, Bacabal, Vitorino Freire e Pinheiro.

Mais de 24 mil processos já foram digitalizados e migrados para o PJe em várias comarcas de todo o Estado. Em São Luís, a Central já concluiu a virtualização de processos da 2ª, 3ª, 9ª, 10ª, 11ª, 13ª, 15ª e 16ª Varas Cíveis da capital.

A Central de Digitalização funciona desde setembro de 2019, com o trabalho de 27 servidores do Judiciário que atuam na migração dos processos, com o apoio de 8 agentes da Polícia Militar e 10 reeducandas do sistema prisional, que atuam na higienização e digitalização dos processos.

Para o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marce-

lo Carvalho Silva, o resultado demonstra que é possível ao Poder Judiciário realizar a virtualização das unidades a baixo custo, contribuindo com a modernização dos serviços e ampliando a eficiência. "Como vimos no estado do Piauí, a digitalização é um caminho para melhorar a qualidade e eficiência dos serviços prestados à sociedade, além de aumentar a celeridade e outras vantagens", observa.

**VIRTUALIZAÇÃO** - O projeto "Digitalizar Já" foi instituído pelo Poder Judiciário por meio das Portarias Conjuntas N° 15/2019 e N° 16/2019, assinadas pelo presidente do TJMA, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, e pelo corregedor-geral da Justiça.

A medida objetiva dar continuidade ao processo de modernização do Poder Judiciário, por meio da digitalização de processos físicos e sua migração do sistema Themis PG3 para o Processo Judicial Eletrônico (PJe), transformando o acervo físico em digital, para que passem a tramitar de forma exclusivamente eletrônica, agilizando o acesso e consulta a juízes, servidores e partes.

Em São Luís, o processo de trabalho da Central se desenvolve por meio de núcleos: protocolo, digitalização, migração e arquivamento. Segundo Karliane Fontinele, a central recebe os lotes de processos físicos enviados pelas unidades judiciárias; o protocolo da central confere e encaminha ao núcleo de digitalização; o processo já digitalizado é enviado ao núcleo de migração para cadastro no sistema Pje, expedidas as intimações de ciência às partes acerca da digitalização, sendo baixado no sistema ThemisPG, passando a tramitar exclusivamente no meio eletrônico. Após essas etapas, os processos físicos são devolvidos às suas unidades judiciárias de origem para arquivamento.

**AMIGO DO JUDICIÁRIO** - Os advogados também podem contribuir com a digitalização dos processos físicos de seu interesse no âmbito do Judiciário estadual, repassando os arquivos em mídia digital para migração ao sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe), onde passarão a tramitar eletronicamente, agilizando os atos processuais.

Os advogados interessados em realizar a digitalização de processos devem solicitar na Secretaria Judicial a carga dos autos nos quais estejam devidamente habilitados. Em seguida, devem proceder à organização e fazer limpeza dos autos (retirada de grampos, bailarinas, etc); escanear o processo; salvar o arquivo em formato pdf com configuração pesquisável, nomeando-o com o "número do processo - parte I, II e seguintes"; observar o tamanho do arquivo, realizando a quebra do mesmo, caso ultrapasse a capacidade de 10mb; e montar o processo digitalizado. Os arquivos também podem ser encaminhados acessando QR Code disponível na página da Corregedoria ([www.tjma.jus/br](http://www.tjma.jus/br)), no link "Digitalizar Já".

O processo físico digitalizado deverá ser devolvido na Secretaria Judicial, bem como o arquivo do processo em Pen Drives, HD Externo ou outros dispositivos de memória, conforme previamente estabelecido com a Diretora da Unidade Judicial. A migração do processo para o sistema PJe será efetivada exclusivamente pelos servidores da unidade judicial.  
*(Asscom CGJ)*



**Eleitor só  
vai votar no  
Maranhão se  
tiver dados  
biométricos  
cadastrados**

**PÁG. 5 (C1)**

# Eleitor só vai votar no Maranhão se tiver dados biométricos cadastrados

Em sessão solene realizada nessa segunda-feira (16), o presidente do TRE-MA, desembargador Cleones Cunha, anunciou o término da biometria no estado do Maranhão. A partir de agora, todos os eleitores dos 217 municípios maranhenses serão identificados pelas suas impressões digitais na hora de votar.

“Este é um momento histórico. O que nós queremos anunciar é que o Maranhão está 100% biometrizado. Somos o 15º estado da federação a concluir a biometria. Um estado em que ninguém votará no lugar de ninguém e não votará duas vezes. Cada eleitor, cada pessoa física, corresponderá a um voto”, destacou o presidente.

O desembargador Cleones Cunha, ao assumir como presidente em fevereiro de 2019, estabeleceu como desafio que o processo de recadastramento biométrico obrigatório de pouco mais de 1 milhão de eleitores de 123 municípios, quantitativo de eleitores que faltavam para que o Maranhão todo pudesse votar usando a biometria como sistema de identificação. Com isso, asseguraria a idoneidade do cadastro eleitoral para extirpar, de vez, qualquer possibilidade de



Desembargador Cleones Cunha, presidente do TRE-MA, anuncia a conclusão da biometria no Maranhão

fraude. Dos 4 milhões, 548 mil e 809 eleitores do estado, 4.287.198 (94,25%) já estão com a biometria. Nesse ciclo final (2019/2020) foram revisados 918.140 eleitores, 119.273 (10,08%) realizaram transferência e 146.338 (12,36%) decorrem de novos alistamentos. Apenas 256 mil eleitores ainda não fizeram o recadastramento biométrico, o que corresponde a 5,64% do eleitorado, índice considerado pequeno. “Significa

dizer que o estado do Maranhão foi mobilizado e o eleitor atendeu o chamado da justiça eleitoral”, pontuou o presidente. O eleitor que não possui dados biométricos cadastrados na justiça eleitoral deverá procurar um cartório eleitoral ou posto de atendimento para se regularizar até o dia 6 de maio de 2020. Atualmente, 15 estados já concluíram o processo de cadastramento das digitais: Acre, Alagoas, Amapá, Ceará, Distrito Federal, Goiás, Pará, Paraíba,

Paraná, Piauí, Rio Grande do Norte, Roraima, Sergipe, Tocantins e o Maranhão. Para o desembargador Cleones Cunha, a conclusão da biometria é fruto do trabalho de equipe que começou em 2009 com a desembargadora Nelma Sarney, seguida dos desembargadores Raimundo Cutrim, Anildes Cruz, José Bernardo Rodrigues, Froz Sobrinho, Guerreiro Júnior, Lourival Serejo, Raimundo Barros e Ricardo Duailibe, que o antecederam na presidência do Regional.

“É preciso agradecer a esses desembargadores que conduziram o TRE, aos juízes eleitorais que conduziram esse processo em suas zonas eleitorais, agradecer aos membros da Corte pelas incontáveis audiências que fizemos no interior do estado e aos servidores da justiça eleitoral que não mediram esforços para alcançar o objetivo”. Agradeceu, ainda, aos prefeitos e presidentes de câmaras municipais que assinaram Termos de Cooperação que garantiram espaço físico para instalação dos postos de atendimento, pessoal, limpeza, vigilância, link de internet, mobília e apoio na divulgação.